



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament  
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa  
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament  
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European  
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. o Senhor Ministro da Administração Interna  
Doutor Eduardo Cabrita,

Bruxelas, 9 de Novembro de 2017

**Assunto:** “Vistos Dourados” concedidos a acusados de corrupção

Senhor Ministro,  
meu caro Eduardo,

O jornal *The Guardian*, de 18 de Setembro último, avançou com informações sobre a atribuição de vistos dourados em Portugal, depois de ter sido divulgado que Chipre vendeu passaportes a oligarcas russos e ucranianos acusados de corrupção, num esquema perverso de cidadania-por-dinheiro que rendeu ao governo cipriota mais de 4 mil milhões de euros desde 2013.

Segundo uma lista que inclui vários empresários brasileiros implicados nos escândalos de corrupção da Operação Lava Jato, o jornal aponta como estes executivos tentaram obter acesso à residência/nacionalidade europeia utilizando o regime dos vistos dourados. A lista inclui os empresários Otávio Azevedo, Sérgio Lins Andrade, Pedro Novis, Carlos Pires Oliveira Dias, entre outros. Segundo o jornal, foram também concedidos “vistos dourados” a familiares de Manuel Vicente, ex-Vice-Presidente de Angola e antigo chefe da Sonangol, que foi entretanto acusado de crimes de corrupção activa e branqueamento de capitais, incluindo o suborno de um procurador do DCIAP.

Desde 2014 que tenho envidado esforços junto do Ministério da Administração Interna, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) e CNDP, no sentido de me ser facultada a lista de todos os cidadãos estrangeiros aos quais foram atribuídos Autorizações de Residência ao abrigo do programa “ARI - Autorização de Residência para Actividade de Investimento”. Conspicuamente, sem sucesso.

À luz destes casos concretos mencionados no *The Guardian*, poderia o Governo, através de V. Ex<sup>a</sup>, informar-me como foram concedidas aquelas ARIs? Que agências imobiliárias, bancos e escritórios de advogados estiveram envolvidos nas transferências necessárias para o processamento daquelas ARIs? Sabe o Governo, nomeadamente, se houve pagamentos em dinheiro? Se todas as “entidades obrigadas” efectuaram “deveres de diligência”, no cumprimento da directiva contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo? Se o cumprimento de tais procedimentos foi certificado pelo SEF e pela UIF? Se o SEF obteve

Ana Gomes  
Altiero Spinelli Building, 14G205, rue Wiertz 60, B-1047 Brussels, Belgium  
Tel.: +32 (0)2 284 58 24 Fax: +32 (0)2 284 98 24  
[anamaria.gomes@ep.europa.eu](mailto:anamaria.gomes@ep.europa.eu)



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament  
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa  
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament  
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European  
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

e analisou criticamente eventuais certidões de registos criminais? Se já foram suspensas ou revogadas as ARIs referentes àqueles indivíduos entretanto alvo de procedimentos judiciais em Portugal e no Brasil? Se já foram ou vão ser arrestados os bens imobiliários ou investimentos inerentes?

*Amigas sandracas,*

*Ana Gomes*

Ana Gomes  
Eurodeputada ao Parlamento Europeu